

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

A INTEGRAÇÃO DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO NO PROCESSO DE INSERÇÃO  
PROFISSIONAL: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DAS CAPACIDADES E DA  
CONSUBSTANCIALIDADE.

**JHONY PEREIRA MORAES** (UFRGS) - [jhonymoraes@hotmail.com.br](mailto:jhonymoraes@hotmail.com.br)  
*Discente do PPGA/UFRGS/Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*

**MARIA BEATRIZ RODRIGUES** (UFRGS) - [beatriz.rodrigues@ufrgs.br](mailto:beatriz.rodrigues@ufrgs.br)  
*Docente do PPGA/UFRGS/Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*

**SIDINEI ROCHA-DE-OLIVEIRA** (UFRGS) - [sroliveira@ea.ufrgs.br](mailto:sroliveira@ea.ufrgs.br)  
*Docente do PPGA/UFRGS/Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*

## 1 Introdução

As transformações socioeconômicas observadas nas últimas décadas despertaram, assim como em outros setores da sociedade, uma nova dinâmica no emprego, principalmente em relação às configurações do trabalho e à reorganização desse mercado (TARTUCE, 2007; PICCININI, ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2008; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2011; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2009, 2012; GUIMARÃES, 2013; SANTOS, 2013; OLIVEIRA; SOUZA, 2013; VOLKMER MARTINS; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2014, 2016, 2017). Ao passo que a demanda por pessoal qualificado é crescente, a permanência nos estudos se evidencia. Assim, esse prolongamento do tempo de estudo não se reduz a um coletivo social, pois se trata de um fenômeno decorrente em diferentes sociedades desde o século XX (GALLAND, 2000; ALVES, 2007).

Nota-se algumas semelhanças com o processo de ampliação do acesso no ensino superior e falta de postos de trabalhos ocorridos na sociedade francesa nos anos 1970, a qual, segundo Galland (2000), apresentava um contingente de trabalhadores com maior permanência na universidade e um atraso no ingresso no mercado de trabalho. Tartuce (2007) corrobora ao dizer que a crise da escola e do mercado de trabalho na década de 1970 desencadeou um processo de descentralização do trabalho no curso de vida da população, percebendo-se, em consequência, uma redução na vida ativa no trabalho, a redefinição do tradicional ciclo de vida (formação-emprego-família) e um aumento dos anos de formação - tendo como uma de suas causas a massificação do ensino. Como produto desse processo, relações precárias de trabalho surgem e desemprego cresce expressivamente entre os jovens.

Nesse sentido, a situação delicada no mercado de trabalho francês suscitou atenção do Estado, principalmente por se tratar de um fenômeno que acometia a população jovem desse país. Diante disso, a preocupação com a inserção profissional da população juvenil foi potencializada em 1980, passando o Estado a considerá-la uma demanda social, que perpassa questões de desemprego e exclusão social; sistema de ensino e mercado de trabalho. Historicamente, os primeiros registros da expressão inserção profissional foram percebidos em textos legislativos da década de 1970 na França (DUBAR, 2001; ALVES, 2007; ROCHA-DE-OLIVEIRA; PICCININI, 2012a).

No Brasil, o estudo da inserção profissional, voltado para compreender o processo de passagem do ensino superior para a esfera laboral, ainda é recente. Com a redução das vagas nos cursos superiores eram maiores as garantias de acesso a postos de trabalho, que normalmente eram ocupados por jovens de classe média. Foi apenas com a expansão do ensino público e de ampliação das condições de consumo, emprego e de acesso ao crédito que a população de trabalhadores (apenas) e daqueles que estudam e trabalham passam a fazer parte das pesquisas sobre inserção profissional (CORROCHANO, 2013). Essas análises têm como ponto de partida o trabalho como um aspecto central para o desenvolvimento da juventude brasileira. A sua exposição às precárias condições do mercado desperta novos sentidos ao trabalho e trajetórias ocupacionais, refletindo no contexto social e na trajetória vivenciados por aqueles jovens (CORROCHANO, 2013; FROTA; SILVA, 2013).

Somando-se a isso, no entendimento de Corrochano (2013), a transição escola-mercado de trabalho não é instantânea. Perpassa pelo ingresso precoce no mercado e pela superposição do trabalho à educação. Agrega-se ainda o fortalecimento dos vínculos não-formais como meios de sobrevivência, principalmente à população jovem, que possui o trabalho como base de seu crescimento (ALVES; PAULO, 2013; AMARAL; WALTHER, 2013; CASTRO; ANDRADE, 2013; MARCOLINO; HORIE; PELATIERI, 2013; MENEZES; UCHOA, 2013; MORETTO; REMY, 2013; SOUTO et al., 2013).

Portanto, a lente conceitual utilizada neste estudo para embasar a discussão sobre inserção profissional ancora-se em Rocha-de-Oliveira e Piccinini (2012b), uma vez que

observam esse fenômeno como um processo de múltiplas faces: individual, coletivo, histórico e socialmente inscrito.

Esse conceito permite-nos analisar a inserção profissional sob diferentes perspectivas e níveis, uma vez que considera os elementos individuais, sócio-históricos e institucionais de uma população. Diante disso entende-se como elementos individuais a origem familiar do indivíduo, as representações do trabalho, as experiências profissionais, as expectativas profissionais e as estratégias de inserção. A dimensão dos fatores sócio-históricos envolve a análise da estrutura demográfica e ocupacional, a conjuntura econômica, os níveis de formação da mão de obra e o desenvolvimento tecnológico e industrial. Na esfera institucional, busca-se analisar as regulamentações estatais, as políticas públicas, as políticas de gestão de Recursos Humanos (tais como as políticas de inserção, as relações de trabalho e a natureza dos contratos de trabalho), as organizações profissionais, os agentes intermediários e as instituições de ensino (CORDEIRO, 2002; ROCHA-DE-OLIVEIRA; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2011; PICCININI, 2012b).

Para Wolkmer Martins (2016), uma grande contribuição desse modelo de inserção é que o mesmo resulta de complexas interações, justificando a necessidade de se observar diferentes ambientes, seja em uma escala local, regional, seja nacional, de forma que se possa visualizar as interrelações produzidas nesses ambientes entre os sistemas de ensino, as relações de trabalho (trabalho e sistema de produção) e as relações industriais.

No Brasil percebe-se um aumento nos estudos dedicados a analisar a inserção profissional de jovens, mas estes estão dispersos em áreas como Educação e Economia, para além da Administração (WOLKMER MARTINS, 2016). Contudo, geralmente, recaem em estudos empíricos, situando problemas de exclusão e inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade. Ainda são raros os textos que "buscam desenvolver e avançar teoricamente o conceito" (VOLKMER MARTINS, 2016, p. 77).

Sendo assim, este estudo busca refletir como classe, raça e gênero marcam o processo de inserção profissional. Assume-se aqui que eles permeiam todas as instâncias de inserção do indivíduo (sócio-histórica, institucional e individual). Nesse sentido, busca-se discutí-los sob a perspectiva da consubstancialidade e das capacidades, suscitando-se argumentações possíveis de integração de classe raça e gênero.

O estudo está organizado, além dessa breve introdução, em mais três partes: o ponto dois faz uma aproximação desses aspectos sob a perspectiva das capacidades, que tenta discutir diversidade a partir da conjugação entre desejos e oportunidades reais para o desenvolvimento humano; o terceiro ponto traz uma discussão de classe, gênero e raça na inserção profissional sob o olhar da consubstancialidade; e, por fim, as considerações finais, que buscam discutir e aproximar os vieses de consubstancialidade e capacidades no diálogo de classe, gênero e raça no processo de inserção profissional.

## **2. Um olhar através das capacidades na discussão de classe, gênero e raça na inserção profissional**

A forma clássica de avaliar o desenvolvimento de um país e, em decorrência, sua qualidade de vida costumava ser feita por meio do Produto Interno Bruto (PIB), tanto per capita, quanto comparativo entre diferentes nações. A partir desse indicador, as condições de vida da população eram implicitamente ranqueadas, sem considerar outros elementos essenciais e constitutivos de qualidade de vida, como distribuição de renda, acesso a serviços, participação política e social, expectativa de vida, oportunidades educacionais e profissionais, entre outros. Por exemplo, alguns países considerados economicamente emergentes figuravam em boas posições na classificação de desenvolvimento, mesmo apresentando enormes

desigualdades internas. Pensando em termos amplos, inclusão nem sempre está relacionada com riqueza ou é garantida por ela (SEN, 2010; NUSSBAUM, 2010; 2011; 2013).

Essas afirmações não precisam se perpetuar como verdades estáticas e permanentes. Construções teóricas, transformadas em novos indicadores e novas formas de avaliação de desenvolvimento e qualidade de vida, têm sido propostas e experimentadas como meio para compreender mais especificamente as necessidades de indivíduos dentro de contextos sociais e políticos. As médias de satisfação de populações não dão conta de especificidades de classes e de indivíduos (NUSSBAUM, 2013). Elas não definem consistentemente quem é quem (posições sociais) e quem está acessando o quê (justiça social).

Essas críticas e, conseqüentemente, as novas propostas de análise do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações são baseadas, entre outros, no conceito de diversidade humana. Sen (2010) discute diversidade a partir de características exógenas, tais como heranças biológicas, sociais e culturais; e características pessoais, tais como idade, sexo, habilidades físicas e mentais, etc. O autor afirma a importância dessas características serem levadas em conta na avaliação das necessidades e exigências de desenvolvimento e de políticas públicas. A “retórica da igualdade”, argumento potente e inelutável, pode mascarar diferenças e gerar efeitos contrários aos desejados, ou seja, a igualdade concebida de forma indistinta, pode desfavorecer pessoas com fragilidades ou em posição de vulnerabilidade e resultar em desigualdades. “As exigências de uma igualdade substancial podem ser particularmente fortes e complexas, na presença de uma forte desigualdade pré-existente a ser contrastada [tradução nossa] (SEN, 2010, p.15)”.

O enfoque das capacidades, desenvolvida por Sen na economia e por Nussbaum na filosofia é uma dessas propostas em contraposição à visão utilitarista. É comparável, mas também discrepante em vários aspectos, às teorias contratualistas modernas e foi concebido como uma alternativa às abordagens mais econômicas de desenvolvimento. É conhecido o indicador IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), desenvolvido por Sen em 1990, para avaliar desenvolvimento humano, ou bem estar social, para além das comparações entre PIB de diferentes países. Se o PIB aumenta, não significa necessariamente melhora da qualidade de vida das pessoas. Essa abordagem transcende a mera utilização do crescimento econômico como padrão de avaliação e considera diferenças e desigualdades humanas. Nussbaum (2011) leva adiante o conceito de capacidades e centra-se nas oportunidades reais que as pessoas têm para realizar aquilo a que dão valor, ou elegem como critérios de qualidade de vida. Capacidades podem ser, por exemplo, educação e saúde, segurança, dignidade de vida, moradia, possibilidades de realização de projetos de vida e de trabalho, sucesso, entre outras infinitas escolhas possíveis. Essas possibilidades encerram elementos individuais, de liberdade de escolha, assim como elementos coletivos, de oportunidades de concretização na sociedade em que vivemos. São liberdades substanciais para Sen (2010), ou um conjunto de oportunidades, geralmente inter-relacionadas, de escolha e de ações potenciais, possibilidades factíveis, funcionalidades passíveis de serem atingidas. “Em outras palavras, não são somente habilidades internas de uma pessoa, mas liberdades e oportunidades criadas pela combinação de habilidades pessoais e do ambiente político, social e econômico [tradução nossa]” (NUSSBAUM, 2011, p. 20). 2011, p. 20).

Portanto, não podemos confundir capacidades com realizações, pois pessoas podem atingir realizações, mesmo tendo incapacidades específicas, como por exemplo, pessoas com deficiências, ou pessoas analfabetas, ou vulneráveis socialmente. Aqui entra o conceito de funcionalidade, que é importante para entender as realizações que são atingidas por meio de formas e condições diversas de fazer ou de ser. Assim, cuidados com a saúde ou com a

educação de pessoas vulneráveis ou discriminadas, podem ser considerados meios para alcançar um tipo de funcionamento, cujo valor significaria dar capacitação (capacidades internas) e oportunidades (capacidades combinadas) para a inclusão.

A discussão sobre o conceito de capacidades (capabilities) (NUSSBAUM, 2011) e as relações entre elas e a desigualdade (SEN, 2010), tem contribuído para fazer luz em caminhos obscuros e perigos. Capacidades, propositalmente no plural, significam que os definidores ou critérios de qualidade de vida são plurais e qualitativamente distintos. Os critérios podem estar relacionados a muitos elementos e condições, sendo difíceis de serem medidos por uma única métrica. A abordagem leva em conta os sujeitos como indivíduos e não como partes de estatísticas, tentando avaliar a qualidade de vida e, conseqüentemente, teorizar sobre justiça social. A liberdade de escolha está na base do modelo e os governos, por meio de políticas públicas e de acesso a bens e serviços, devem propiciar condições para que os indivíduos realizem as suas capacidades. Essa relação, entre capacidades e política, é a medida para a avaliação da justiça ou das desigualdades sociais. Em outras palavras, não são somente as habilidades pessoais (ou capacidades internas) que contam nesse jogo e sim uma combinação entre as habilidades pessoais e as condições sociais e ambientais para desenvolvê-las. São as chamadas “liberdades substanciais” ou “capacidades combinadas” (NUSSBAUM, 2011, p. 22).

As sociedades podem favorecer o desenvolvimento de capacidades internas mas, ao mesmo tempo, não permitir a completa expressão das mesmas. Isso significa falhar nas capacidades combinadas, ou seja, não ter um ambiente propício as suas manifestações. O contrário também é verdadeiro e muitas outras combinações possíveis. No caso de populações vulneráveis, podem ter suas capacidades promovidas por políticas públicas específicas, mas se a sociedade não permitir espaços de inclusão para o exercício dessas capacidades, estará falhando nas capacidades combinadas, mantendo a discriminação e impedindo a participação social. O enfoque das capacidades é inovador nas teorias políticas e econômicas do bem estar, além de ser amplo e abarcar uma concepção global de justiça, levando em conta desde as relações interindividuais até as relações transnacionais.

### **3. A ótica da consubstancialidade nas discussões de classe, gênero e raça no processo de inserção profissional**

Para Fontoura e Rocha-de-Oliveira (2014, p. 6) classes sociais compreendem "uma forma ocidental de estratificação social formada pela distribuição desigual de acesso sobre os meios de produção de maior relevância dentro de determinado momento histórico". Esse compreensão econômica de classe permeia também a estrutura social, perpassando aspectos políticos, de status, reconhecimento e mobilidade laboral. As desigualdades de classe estão envoltas por uma estruturação de subordinação e dominação de classes, que numa visão marxista, ocorre devido ao controle por classes superiores dos meios de produção, dos meios de administração; e a coerção do Estado. Assim, visualiza-se um cenário de lutas no mercado de trabalho, pelo desejo da prosperidade ou ascensão social (FONTOURA; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2014).

Segundo Nascimento et al. (2016), as classes sociais menos favorecidas (leia-se: jovens, pobres e em sua maioria negros) encontram na resistência "práticas e necessidades de afirmação de uma existência" (p. 61). No contexto da vida urbana as cidades apresentam uma dinâmica segregatória, que projeta um espaço social limitado à população periférica, principalmente. A resistência como uma força para a existência é usada como instrumento de oposição às determinações sociais e como mecanismo de autoafirmação. As classes sociais, para além de algo concreto, são construções simbólicas e refletem, por meio desses jovens

ditos marginalizados, "uma das faces da desigualdade e do esgotamento de valores na sociedade" (NASCIMENTO et al., 2016, p. 62).

Argumenta-se que as desigualdades de classe fazem um distanciamento entre os grupos e seus recursos, o que interfere na alocação do indivíduo em posições de classe na hierarquia social. As desigualdades sociais são mais explícitas e legitimadas, enquanto que as desigualdades de gênero e raça se fazem mais silenciosas (SILVA, 2014).

As divisões de classe resultam da posse ou ausência de propriedade, mas também das ocupações, obtidas por meio de habilidades e qualificações as quais as pessoas têm acesso e as permitem assumir melhores posições no trabalho e na sociedade (GIDDENS; SUTTON, 2017). Onde uma pessoa nasce, sua família, suas condições sociais, características fenotípicas, raça, cor, sexo, podem não ser determinantes para o futuro, porém, o condicionam grandemente. Quanto mais desigual e discriminatória uma sociedade, mais difícil será escapar dessa reprodução social.

O Brasil sempre foi um país desigual e no período de formação de sua república era fortemente dividido entre uma elite educada na Europa e quase 80% da população sem educação formal. A abolição da escravidão (1888) aumentou essa desigualdade, pois jogou no mercado de trabalho um grande contingente de trabalhadores analfabetos e sem qualificação profissional. Assim, estas foram as bases que forjaram os sistemas educacional e laboral do país. Os ex-escravos engrossaram as fileiras da pobreza, formaram as comunidades mais carentes e periféricas, onde têm pouco acesso à educação e a melhores oportunidades sociais e econômicas. Várias gerações dessas famílias frequentaram e ainda frequentam escolas precárias e sem estruturas adequadas para a educação. A desigualdade persistiu e continua refletida nos diferentes públicos nas escolas, nas diferentes formações profissionais e oportunidades de trabalho decorrentes. (FRANZOI, GIACONI, RODRIGUES, 2013).

Discorrendo-se sobre gênero, os pressupostos da Administração indicam que o ambiente organizacional foi concebido por meio da masculinidade, observada a composição do trabalhador: homem, branco e industrial (ECCCEL, 2010). Assim, construções sociais e profissionais locais sobre o masculino se dispersam pela organização e passam a orientar as expectativas sobre todos os demais profissionais. Diante disso, o entendimento de gênero sob as formas de masculinidades e feminilidades foram e ainda são categorias de análise e critérios para distinção entre homens e mulheres no ambiente corporativo. Contudo, há de se entender que gênero transcende o que é masculino ou feminino. Gênero se refere a uma "construção histórica e sociocultural, imbricada de valores, diversidades e relações sociais e de poder" (SILVA; SILVA; OLIVEIRA, 2013, p. 2). Para D'Avila e Coutinho (2015), gênero envolve construções sociais e processos de produção de lugares de poder entre homens e mulheres.

Segundo Eccel (2010), gênero como construção sócio-histórica é plural, pois em uma mesma sociedade existem diferentes compreensões do que é masculino e feminino, o que leva a constituições de sujeitos masculinos e femininos atuantes em um determinado contexto. Silva (2014) corrobora Eccel (2010) quanto à constituição de sujeitos ao afirmar que gênero passou a integrar a identidade do indivíduo:

A distinção binária homem/mulher com base nas características biológicas foi substituída por um conceito de gênero que, em uma concepção pós-estruturalista, superou a noção de papéis sociais femininos e masculinos, avançando para um entendimento que compreende gênero como constituinte da identidade, como classe e raça/etnia (SILVA, 2014, p. 2).

Quando se discute raça, um dos grandes problemas recai sobre sua "construção política e ideológica" que está pautada na "desumanização, hierarquização e justificativa de discriminação" (NASCIMENTO et al., 2013). Assim, o preconceito racial carrega a estigmatização de uma população, por questões de aparência, físicas ou étnicas (NASCIMENTO et al., 2013). No Brasil, com a miscigenação da população, e a consequente multiculturalidade, o preconceito racial, que agora se assume preconceito de marca, se dispersa pela discriminação através do julgamento da posição social do indivíduo na sociedade. Com isso fala-se na determinação de espaços sociais como territórios para grupos sociais específicos. Além disso, raça como uma categoria de análise discursiva, possui como efeito "a constituição de mecanismos de classificação das representações e práticas dos sujeitos sociais" (NASCIMENTO et al., 2013, p. 4).

Diante desse debate, a compreensão do processo de inserção profissional permeado pelos conceitos de classe, de raça e de gênero estimulam a reflexão sobre os múltiplos caminhos possíveis a uma população no campo do trabalho. Nem todos possuímos condições iguais de acesso e permanência no trabalho, e aqueles três pontos nos mostram essa realidade. Pertencer a uma classe social desprovida de acesso a recursos pode ser um dos traços da definição de um percurso profissional, uma vez que as variáveis contextuais influenciam o caminhar do trabalhador.

Para uma visão integradora de classe, raça e gênero é interessante entendê-los não como categorias, isoladas, mas como fatores resultantes das relações sociais. Kergoat (2016) emprega o termo consubstancialidade para explicar as interrelações entre eles. Pela ótica da consubstancialidade os mecanismos de opressão são reconhecidos e, para isso, não se ignora a sua complexidade. Assim, a consubstancialidade retrata as imbricações das relações sociais e os produtos gerados por elas.

Por isso, Kergoat (2016) defende que a adoção de categorias apenas produz uma análise descritiva dos fatos, enquanto que as relações sociais podem indicar dominação, opressão e exploração, o que explica a existência e a produção das diferenças ou segregações de classe, raça e gênero. A questão não está na categorização desses fatores a fim de testar cruzamentos possíveis, mas na compreensão do ambiente e dos atores que produzem essas diferenças.

Para ilustrar isso, evocarei o trabalho de Angela Davis (2006), que analisa o sistema profissional estadunidense. A autora, em vez de cruzar categorias – negros, afro-americanos, homens, pobres -, parte do trabalho nas prisões - por quem ele é feito, por quê, quem se beneficia dele, qual é o seu lugar na economia – e mostra que essas características remetem às relações sociais. A categoria jovem afro-americano não explica nada se não a remontarmos à necessidade que a economia estadunidense teve, ao sair do sistema escravista, de encontrar uma mão de obra barata, ou mesmo gratuita, livremente explorável. Assim, o sistema de trabalho nas prisões é oriundo de relações sociais anteriores, ao mesmo tempo que reconfigura as atuais relações sociais de raça, sexo, classe...(KERGOAT, 2016, p. 21).

Portanto, quando observa o trabalho, Kergoat (2016) explora o trabalho e suas diferentes dimensões, mais especificamente o trabalho do cuidado, que é relacional e supõe constantes interações. É partir dele que a autora reflete sobre a consubstancialidade do trabalho e como as segregações de classe, raça e gênero emergem. Para a autora é importante entender as "relações sociais que fabricam tais categorias" (p. 21). Por exemplo, "[...] não se trata, evidentemente, de dizer que o racismo e a escravidão são invenções estadunidenses, mas

apenas destacar que os processos de racialização são construídos socialmente e de maneira específica em cada país" (p. 21).

Com isso, pela consubstancialidade é fato que as diferenças de gênero, cor de pele, etnia, trajetória social, entre outros, agem sobre as relações, contudo, é a esfera social onde essas relações acontecem que intensifica ou não as desigualdades sociais, porque são as práticas sociais que reforçam esses comportamentos. Para Kergoat (2016) as relações sociais apresentam características em comum, e mesmo que distintas, não devem ser compreendidas isoladamente. Daí decorre a oposição à categorização de classe, gênero e raça, pois as diferentes relações sociais que são construídas devem ser pensadas conjuntamente, uma vez que elas, apesar de diferentes, se constroem.

#### **4. Considerações finais: capacidades e consubstancialidade na discussão sobre inserção profissional**

Na discussão da maioria das pesquisas sobre inserção profissional desenvolvidas até o momento, classe, gênero e raça surgem apenas como características individuais, que permitem a descrição dos indivíduos e uma análise ampla sobre sua trajetória de ingresso no mercado de trabalho. No entanto, o conceito apresentado, que defende uma análise que busque compreender trajetórias individuais e coletivas, e marcada por elementos institucionais e sócio-históricos, torna necessário que a discussão de classe, gênero e raça seja incorporada, considerando sua imbricação nos múltiplos níveis em que o processo de inserção é analisado.

Primeiramente, entende-se que por serem marcadores sociais produzidos e reproduzidos dentro de relações sociais de poder que são historicamente situadas, estes devem ser considerados nos três eixos de análise. Individual por fazerem parte da vivência de cada um, marcarem suas experiências, expectativas e representações do trabalho, tanto as trazidas da família, quanto aquelas frutos da sua trajetória. No eixo institucional, podem estar relacionados a políticas públicas ou práticas de gestão de pessoas, e nestes, produzir, reproduzir ou contrapor processos de inclusão ou exclusão institucionalizados. No terceiro eixo, o contexto, estão as próprias construções sociais produtoras de diferença, que associadas às alterações conjunturais da economia fazem com que o processo de busca por trabalho seja vivido de modo diferente em grupos com um ou mais destes marcadores sociais.

Segundo, a proposta de consubstancialidade permite reconhecer que as diferenças ocorrem de modo integrado, somando-se nas formas de exclusão, destacando-se aqui aquelas produzidas no mercado de trabalho. No processo de inserção profissional, sabe-se que alguns jovens têm mais dificuldade, que assumem postos mais precários, com menor remuneração, com cargos e tarefas abaixo do nível do diploma de formação. Muitas vezes este grupo é tratado como se fosse homogêneo: jovens com curso superior. No entanto, falta aprofundamento e questionamentos sobre quem são estes jovens e as razões de uma inserção precária. Assim, torna-se essencial que raça, classe e gênero, bem como outros possíveis elementos de produção de diferença sejam considerados de modo integrado, para dar evidência a possível reprodução do processo de exclusão e produção de diferença que se constrói no momento do ingresso no mercado de trabalho, independente do curso e nível de formação.

Pensando em termos de inserção profissional, por exemplo, a discriminação racial no trabalho não pode se generalizar para todas as situações. Apesar de haver uma esfera concreta de discriminação racial entre homens e mulheres negros, ela é dependente das relações sociais que se formam em cada esfera de trabalho. O mesmo ocorre para as discriminações de classe. Elas se evidenciam mais ou menos de acordo com as relações que são socialmente produzidas em um determinado ambiente. Portanto, desigualdades internas existem em ocasiões que teoricamente são compreendidas como únicas.

Terceiro, pela consubstancialidade é fato que o contexto age sobre o indivíduo e pode marcar suas trajetórias pessoais e, aqui com destaque para as profissionais. Todavia, não se retira do indivíduo o seu poder de ação. As ações individuais não se excluem dos resultados da inserção profissional, portanto, as tomadas de decisão pessoais estão imbricadas no curso de acontecimentos da nossa trajetória profissional. Sem querer reduzir a abordagem podemos pensar o que faz com que duas pessoas de mesma origem social, raça e gênero sigam caminhos opostos (aqui leia-se aspiração no trabalho, financeiro, por exemplo)? Certamente o ambiente que circunda esses atores possui forte influência, porém as relações sociais que eles constroem ao longo de sua trajetória agregam novas relações sociais que levam a novos caminhos e, assim por diante, formam novos sentidos e cenários para o desenvolvimento de perspectivas profissionais. Ou seja, a ação individual também age sobre as relações e podem potencializar ou não determinadas trajetórias, assim como interferir nos círculos sociais pelos quais os indivíduos circulam e estabelecem seus vínculos. A abordagem das capacidades também baseia-se na inter-relação entre as características e realizações individuais e as possibilidades propiciadas pelo ambiente em que os indivíduos vivem, se mais ou menos facilitador das potencialidades e desejos dos sujeitos.

Quarto, observando-se as características das relações que se estabelecem em um grupo social podemos considerar que as condutas dos indivíduos também são produtos das combinações de fatores constituintes do ambiente maior onde tais relações são geradas, ampliando, assim, a noção de que os comportamentos dos indivíduos são particularidades dos mesmos. Isto é, as condutas dos indivíduos de um determinado grupo são resultantes tanto do ambiente em que esse grupo transita quanto das características particulares deles. Assim, uma relação social excludente ou discriminatória construída pode ser definida pelas crenças e comportamentos aparentes das pessoas que a forma e do conjunto de crenças e da cultura enraizada no ambiente marginal.

Quinto, a compreensão e adoção do enfoque das capacidades na elaboração de políticas públicas e nas instituições de ensino superior permitiria uma compreensão mais profunda das diferenças dos novos (diversos e diferentes) grupos que têm ingressado no ensino superior. Desta forma, tanto práticas de ensino quanto o acompanhamento do processo de inserção contemplaria as particularidades para um desenvolvimento mais justo e igualitário, permitindo uma inclusão efetiva e não uma reorganização das históricas práticas de desigualdade.

Como já referido, a abordagem das capacidades relaciona-se com a avaliação de qualidade de vida e justiça social. Em outras palavras, não preocupa-se somente com indicadores numéricos mas, acima de tudo, com as oportunidades disponíveis para as pessoas nas sociedades. Diz respeito a escolhas e acessos, entendendo que a sociedade para ser mais justa precisa propiciar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. Sociedades devem promover oportunidades, que serão ou não utilizadas pelas pessoas, respeitando suas liberdades de escolha. Portanto, podemos dizer que é uma abordagem pluralista, pois respeita escolhas. E, acima de tudo, que preocupa-se com desigualdades e injustiças enraizadas, especialmente as decorrentes de discriminação e marginalização de grupos específicos (NUSSBAUM, 2011).

Por fim, a abordagem de classe, raça e gênero pelo enfoque da consubstancialidade contribui para a consolidação de discussões que considerem a complexidade das relações sociais existentes em diferentes grupos ou realidades sociais nesse campo. A relevância da consubstancialidade se esclarece à medida que propõe a reflexão desses assuntos por meio do distanciamento do senso comum que, de certa forma, generaliza para determinado grupo social (por exemplo, negros e pobres) suas trajetórias, como algo predeterminado a partir de sua origem. Por isso, assume-se que dentro da desigualdade há subdesigualdades que se

desenvolvem a partir da ação de indivíduos ou grupos e das relações sociais construídas pelos atores (indivíduos) em suas coletividades.

Com este texto não se pretende esgotar a discussão, mas destacar a complexidade envolvida no processo de inserção profissional principalmente nesse momento no país. Com a expansão do ensino superior e políticas de ações afirmativas, novos grupos passam a ter acesso à formação universitária, mas pouca atenção tem sido dada aos percursos que estão sendo criados quando estes jovens ingressam no mundo do trabalho. A possibilidade de uma maior formação seguindo a lógica da teoria do capital humano, que considera todos iguais e capazes de alcançar as mesmas oportunidades, negligencia a força das desigualdades historicamente institucionalizadas no país. A ampliação do acesso sem um acompanhamento mais amplo dos reflexos no mercado de trabalho pode apenas levar a uma reorganização das formas de estratificação social existentes, sem produzir uma efetiva transformação na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Natália. **Inserção Profissional dos Jovens**: do problema social ao objecto sociológico. 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-02.htm>>. Acesso em agosto de 2017.
- ALVES, Christiane Luci Bezerra; PAULO, Evânio Mascarenhas. Dinâmicas recentes do mercado de trabalho juvenil na região nordeste. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 205-230..
- AMARAL, Marcelo Parreira do; WALTHER, Andreas. Juventude, educação e trabalho: teorizando a regulação de trajetórias educacionais e a transição escola-trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 15-35.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; ANDRADE, Carla Coelho de. Juventude, educação e trabalho: avanços e desafios. 2013. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 155-168.
- CORDEIRO, João Pedro. Modalidades de Inserção Profissional dos Quadros Superiores nas Empresas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 38, 2002, p. 79-98.
- CORROCHANO, Maria Carla. **Jovens trabalhadores**: expectativas de acesso ao ensino superior. Avaliação (Campinas): Sorocaba, v. 18, n.1, Mar. 2013.
- D'AVILA, Geruza Tavares; COUTINHO, Maria Chalfin. Trajetórias mais “masculinas” entre os/as jovens profissionais? Problematizando algumas questões de gênero. **XXXIX Encontro da ANPAD**. Belo Horizonte/MG. 2015.
- DUBAR, Claude. La construction sociale de l’insertion professionnelle. **Éducation et Sociétés**. n. 7, 2001/1, p. 23-36
- ECCEL, Claudia Sirangelo. Estudos de Gênero nas Organizações: Implicações Teórico-Metodológicas. **XXXIV Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ. 2010.
- FONTOURA, Daniele dos Santos; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. A construção social do(s) Mercados(s) de Trabalho: espaços de lutas de Classe, Gênero e Idade. **VIII Econtro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Gramado/RS. 2014.
- FRANZOI, N. L. GIACONI, C., RODRIGUES, M. B. Cultures, skills and inclusive processes. **Education Sciences and Society**, v. 4, n. 2, p. 11- 31. 2013

FROTA, Francisco Horácio da Silva; SILVA, Maria Andréa Luz da. Qualificação de jovens para o trabalho: uma experiência de combate à pobreza. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 311-332.

GALLAND, Olivier. Entrer dans la vie adulte: des étapes toujours plus tardives mais resserrées. **Économie et Statistique**, n. 337-338, 2000, p. 13-36.

GIDDENS, A., SUTTON, P. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2017.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trajetórias juvenis. Um novo nicho em meio à expansão das oportunidades de trabalho. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 37-55.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. 2016. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**. Perspectivas interseccionais – coleção Mundo do Trabalho. Boitempo Editorial, 2016.

MARCOLINO, Adriana; HORIE, Leandro; PELATIERI, Patrícia. Negociação coletiva e a regulamentação do trabalho juvenil no Brasil. 2013. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 193-203.

MENEZES, Wilson F.; UCHOA, Carlos Frederico A. A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 105-132.

MORETTO, Amilton; REMY, Maria Alice Pestana de. Dinâmica recente da inserção do jovem no mercado de trabalho e a questão da escolaridade. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 133-153.

NASCIMENTO, Marco César Ribeiro et al. Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os "rolezinhos" na cidade de belo horizonte (mg). **Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 1, p. 55, 2016.

NASCIMENTO, Marco César Ribeiro et al. Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os "rolezinhos" na cidade de belo horizonte (mg). **Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 1, p. 55, 2016.

NUSSBAUM, M. **Creating capabilities**. The human development approach. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

NUSSBAUM, M. **Fronteiras da justiça**: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

NUSSBAUM, M. **Not for profit**: why democracy needs the humanities. Princeton: Princeton University Press, 2010.

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; SOUSA, Antonia de Abreu. Trabalho, juventude e educação no contexto do capitalismo atual. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 37-55.

PICCININI, Valmíria Carolina; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção profissional: contribuições dos estudos franceses. **XXXII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Estágios para universitários: representações e implicações na inserção profissional dos jovens brasileiros e franceses. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre/RS. 2009.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Inserção Profissional: Perspectivas Teóricas e Agenda de Pesquisa. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v.6, n.1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2012, 124-135.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. Contribuições das abordagens francesas para o estudo da inserção profissional. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Jan./Jun., vol. 13, n. 1, 2012a, p. 63-73.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. *Rev. Adm. Pública*, vol.45, n.5 pp. 1517-1538, 2011.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Valmíria Carolina. Uma Análise sobre a Inserção Profissional de Estudantes de Administração no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 13, n. 2. SÃO PAULO, SP: mar/abr, 2012b, p. 44-75.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Juventudes, trabalho e educação: uma agenda pública recente e necessária. Por quê? In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 37-55.

SEN, A. La diseguaglianza. Bologna: Il Mulino, 2010.

SILVA, Isabel Cristina da; SILVA, Késia Aparecida Teixeira; OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. Sou metade Maria, metade José: Recontando uma História de Vida à luz das Discussões de Gênero. **XXXVII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ. 2013.

SILVA, Nicemara Cardoso. Interseção de Raça, Gênero e Classe: Uma Análise dos Regimes de Desigualdade Expostos Pelos Relatos de Mulheres Negras num Web Blog. **XXXVIII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ. 2014.

SOUTO, Fernando Antonio Barreto Paulino et al.. Transformações no mercado de trabalho recente e os jovens. In: MACAMBIRA, Júnior; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Orgs.). **Trabalho e Formação Profissional: Juventudes em Transição**. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 169-230.

TARTUCE, Gisela. Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo. **Tese de doutorado**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

VOLKMER MARTINS, Bibiana; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Expansão e diversificação do ensino superior, impactos no mercado de trabalho e inserção profissional no Brasil: reflexões iniciais e proposta de agenda de pesquisa. *Encontro de Administração Pública e Governança*, v. 6, p. 1-16, 2014.

VOLKMER MARTINS, Bibiana; OLIVEIRA, Lúcia Barbosa de; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Rebaixamento de diplomas de jovens estudantes e egressos do ensino superior: proposta de escala de mensuração. **XLI Encontro da ANPAD**. São Paulo, São Paulo, 2017.

VOLKMER MARTINS, Bibiana; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. A relação entre formação profissional e empregabilidade: em questão os jovens provenientes de cursos superiores de tecnologia. **XL Encontro da ANPAD**. Costa do Sauípe, Bahia, 2016.